

DOI 10.30612/realizacao.v8i15.12839

**O PAPEL DO JOVEM NO DESENVOLVIMENTO DE UM REASSENTAMENTO NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

THE ROLE OF YOUNG PEOPLE IN DEVELOPING A RESETTLEMENT IN THE NORTHWEST REGION OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Leonardo Wink Sloczinski<sup>1</sup>  
Mickael Bernardo Dos Santos Dos Santos<sup>1</sup>  
Patrique Jardel Radons<sup>1</sup>  
Pedro Henrique Bender Hennemann<sup>1</sup>  
Rodrigo Rotili Junior<sup>1</sup>  
Tiago Eduardo Schuster<sup>1</sup>  
Divanilde Guerra<sup>1</sup>  
Danni Maisa da Silva<sup>1</sup>  
Luciane Sippert lanzanova<sup>1</sup>

Enviado em 19/10/2020

Aceito em 23/11/2020

**RESUMO:** Anualmente milhares de pessoas deixaram as propriedades agrícolas e se deslocaram para outros locais devido a construção de grandes infraestruturas para o desenvolvimento regional, bem como pela demarcação de Terras Indígenas. Desta forma este trabalho teve como objetivo avaliar o papel do jovem no desenvolvimento de um reassentamento na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas, com questões abertas e fechadas, em seis propriedades rurais, contemplando sete jovens residentes no reassentamento. Como resultados observou-se que os Jovens entrevistados apresentam idades entre 14 e 29 anos, com escolaridade variando de Ensino fundamental incompleto a Superior completo, e com predominância do gênero masculino. As propriedades apresentam áreas com valores entre 13 e 120 hectares, podendo, em sua maioria serem consideradas de agricultura familiar. As atividades desenvolvidas nas propriedades são diversificadas e rentáveis economicamente, além de contarem com a participação dos jovens na tomada de decisão, o que tem levado a satisfação dos membros das famílias. Portanto, os jovens entrevistados estão satisfeitos com as atividades desenvolvidas e os resultados econômicos obtidos pelas propriedades, além de atuarem diretamente nas tomadas de decisão, sendo um indicativo da permanência dos mesmos no reassentamento e por consequência promovendo a sucessão rural.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sucessão rural, Tomada de decisão, Administração rural.

**ABSTRACT:** Annually thousands of people left the agricultural properties and moved to other places due to the construction of large infrastructures for regional development, as well as the demarcation of Indigenous Lands. Thus, this work aimed to evaluate the role of young people in the development of a resettlement in the Northwest Region of the state of Rio

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Três Passos - RS.



Grande do Sul. The methodology used consisted of conducting interviews, with open and closed questions, in six rural properties, covering seven young residents in resettlement. As a result, it was observed that the young people interviewed are between 14 and 29 years old, with schooling ranging from incomplete elementary education to complete higher education, and with a predominance of males. The properties have areas with values between 13 and 120 hectares, most of which can be considered family farming. The activities carried out on the properties are diversified and economically profitable, in addition to having the participation of young people in decision making, which has led to the satisfaction of family members. Therefore, the young people interviewed are satisfied with the activities developed and the economic results obtained by the properties, in addition to acting directly in decision-making, being an indication of their permanence in the resettlement and consequently promoting rural succession.

**KEYWORDS:** Rural succession, Decision making, Rural administration.

## INTRODUÇÃO

A industrialização da agricultura, a necessidade de fontes alternativas de energia e a remarcação de terras tem atuado na ampliação do êxodo rural (GIRARDI, 2008). Segundo informações do Banco Mundial (2016) (World Bank Group), no ano de 2015 aproximadamente 40 milhões de pessoas no mundo deixaram propriedades agrícolas e se deslocaram para outros locais. Sendo que os principais motivos deste deslocamento, estão associados a construção de grandes infraestruturas para o desenvolvimento regional, bem como pela demarcação de Terras Indígenas.

No Brasil, por muitas décadas, produtores rurais utilizaram áreas indígenas para a produção de alimentos. Contudo, atualmente, estes usos estão sendo revistos e a posse da terra está retornando aos indígenas. O processo de identificação e demarcação de Terras Indígenas é regulamentado pelo Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996. E para evitar conflitos de posse de terras reconhecidas como indígenas, o Incra, com a supervisão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, implementou o Programa Nacional de Reassentamento de Ocupantes Não Indígenas em Terras Indígenas. Esse Programa integra o conjunto de políticas previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), sendo criado pela portaria Conjunta nº 9, de 27 de outubro de 2004, com o objetivo de assentar trabalhadores/as rurais que se encontram em terras indígenas declaradas por ato do Ministro da Justiça e se enquadram nos critérios de seleção da Reforma Agrária implementada pelo Governo Federal.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é um órgão criado a partir do decreto nº 1,110, de 09 de julho de 1970, responsável pela formulação e

execução da política fundiária nacional. Este atua em ações como o assentamento rural, que é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, que são instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário (INCRA, 2020), caracterizando-se como um esforço para reposicionar famílias de agricultores que estavam sem terras (RODRIGUES, 2015).

A divisão ocorre de forma que as terras comportem todas as famílias que foram escolhidas para produzir sobre as mesmas. A localização dos lotes é regrada pela topografia do terreno e pelas condições produtivas do local, que tem seu funcionamento basicamente movido pela mão-de-obra dos assentados ou reassentados, que se comprometem em trabalhar e explorar a terra para seu sustento, com apoio financeiro das linhas de créditos especiais, que aliadas a assistência técnica e outros benefícios, promovem o desenvolvimento dos assentamentos ou reassentamentos (INCRA, 2020).

Segundo dados do INCRA, (2020), atualmente no Rio Grande do Sul existem 311 assentamentos rurais, onde residem 12,5 mil famílias, sendo que o estado tem responsabilidade sobre 140 assentamentos, além compartilhar a gestão com o INCRA de outros 29. Devido ao grande número de assentamentos e reassentamentos no estado, este trabalho teve como objetivo avaliar o papel do jovem no desenvolvimento de um reassentamento na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

## METODOLOGIA

O município de Coronel Bicaco está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, na microregião denominada Celeiro, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas 27°43'40.03"S e 53°42'23.41"O. A população, segundo o IBGE (2016) é de 7.801 habitantes divididos em 492,124 Km<sup>2</sup>. A economia do município é proveniente de setores lojistas, algumas poucas indústrias, mas principalmente do setor primário, sendo que o perfil agrícola do município está dividido basicamente em grandes produtores e agricultura familiar.

No município há um reassentamento, denominado São Sebastião II, o qual foi criado no dia 10 de setembro de 2002, com um total de 37 famílias alocadas em cerca de 613 hectares, divididos em lotes de 13 hectares para cada família, terras estas localizadas a 3 km do distrito de Campo Santo, no município de Coronel Bicaco-RS (INCRA, 2020). As famílias assentadas vieram da Reserva Indígena de Serrinha que compreende uma área de 11,7 mil hectares entre os municípios de Ronda Alta, Engenho Velho, Três Palmeiras e Constantina,

após a Fundação Nacional do Índio-FUNAI, declarar a área como Terra indígena no fim da década de 1990 (INCRA, 2020).

O espaço amostral da pesquisa deu-se no reassentamento São Sebastião II, através da realização de entrevistas, com questões abertas e fechadas, em seis propriedades rurais, contemplando sete jovens residentes no reassentamento. A seleção das famílias participantes ocorreu com base na presença de jovens (até 30 anos) atuando diretamente nas atividades agrícolas e pode se destacar que atingiu todas as famílias com jovens, ou sem cem por cento dos jovens do assentamento.

As perguntas envolviam informações quantitativas e qualitativas, para buscar entender o cotidiano e funcionamento da atividade agrícola no reassentamento, como área da propriedade, nível tecnológico, culturas agrícolas existentes e ainda o processo de sucessão familiar.

Também os temas das questões envolveram análises simples de como os jovens atuam na tomada de decisões e participação nas atividades e a carga horária destinada a estas, bem como, objetivou determinar o grau de especialização desses jovens nas atividades ligadas a agropecuária.

Ainda foram obtidos dados pessoais como escolaridade, gênero e idade. As informações pessoais e o registro fotográfico dos entrevistados, foram de livre escolha dos protagonistas, além de que os mesmos puderam optar pela não divulgação dos dados pessoais.

Os entrevistados assinaram um termo de autorização da entrevista e de divulgação das informações obtidas através dos questionários respondidos pelos atores do estudo.

Os dados numéricos obtidos foram tabulados e transformados em Tabelas e Figuras. Já as respostas descritivas foram digitalizadas para documentos do Word, para posterior redação do presente artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 37 famílias que integram o reassentamento São Sebastião II no município de Coronel Bicaco - RS, sete apresentam jovens em sua composição, os quais aceitaram participar deste estudo. Algumas características dos entrevistados podem ser visualizadas na Tabela 1.

**Tabela 1-** Características dos jovens entrevistados no reassentamento São Sebastião II no município de Coronel Bicaco - RS.

<b>Entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Gênero</b>
1	29 anos	Ensino médio	Masculino
2	26 anos	Superior completo	Masculino
3	23 anos	Superior incompleto	Feminino
4	22 anos	Ensino médio	Masculino
5	21 anos	Ensino médio	Masculino
6	18 anos	Ensino médio	Masculino
7	14 anos	Fundamental incompleto	Masculino

Fonte: Autores (2019).

No presente estudo, a idade dos entrevistados variou entre 14 e 29 anos (Tabela 1), podendo ser considerado um público jovem, quando comparado aos demais residentes no reassentamento (dados não mostrados). Os resultados obtidos no presente trabalho estão em acordo aos obtidos por Stroehner et al. (2017), que ao fazerem a caracterização dos produtores de leite no município de São Martinho/RS, também localizado na Região Ceilero do Estado do Rio Grande do Sul, identificaram que cerca de 25% dos entrevistados possuíam idade entre 20 e 30 anos.

Os entrevistados, ao serem questionados sobre sua permanência nas propriedades, afirmaram estar dispostos a ficar e gerenciar as atividades nas próximas décadas, ou seja, um indicativo da sucessão rural. Este resultado difere dos obtidos por Anjos e Caldas (2015), que afirmam que o número de jovens dispostos a permanecer na agricultura está cada vez menor. Ainda, não corroboram com as informações de Costa e Ralisch (2013), que ao explorarem a perspectiva do jovem com relação ao seu futuro, identificaram que alguns têm certo dilema em relação ao "ficar na propriedade" ou "sair da propriedade". Segundo os autores, foram identificadas três categorias de respostas: a primeira, composta por 22,2% dos jovens, que pretendem sair da propriedade, pois os mesmos não se identificam com a vida de agricultor, almejando trabalhar em outras profissões, pretendendo ingressar em faculdades ou realizar cursos técnicos. O segundo grupo (44,4%), é formado por jovens que gostariam de ficar na

propriedade, mas por questões particulares, como: dificuldade financeira da família e distância dos grandes centros, terão que deixar as propriedades, embora, estes jovens gostem de trabalhar com atividades rurais e viver na comunidade. Por fim, o terceiro grupo (33,4%), onde os jovens pretendem ficar na propriedade, devido a rentabilidade econômica e a qualidade de vida no meio rural.

O indicativo da possível sucessão rural observada neste estudo, em todas as propriedades avaliadas, difere do que é apresentado por Winck et al. (2013), que descrevem que a sucessão rural é um dos principais problemas enfrentados pela agricultura familiar atualmente, reforçando que, a baixa remuneração da agricultura é motivo de esvaziamento do campo pelos jovens. Já para Facioni e Pereira (2015), o futuro da produção agrícola está relacionado com a sucessão, uma vez que a passagem de geração na gestão interfere diretamente na produção de alimentos, tanto para a população rural, como para a urbana.

No presente estudo, a escolaridade dos entrevistados é variada, (Tabela 1). Quatro entrevistados têm ensino médio completo (57%); um apresenta ensino superior completo (14%) e outro está cursando o ensino superior (14%); além de um jovem que se encontra cursando o ensino fundamental (14%).

A predominância de jovens agricultores com ensino médio completo (57%), está em consonância aos resultados obtidos por Drebes e Spanevello (2017) que ao entrevistarem jovens de oito cooperativas agropecuárias filiadas à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO) situadas na região Alto Jacuí identificaram que 62,6% destes tinham ensino médio completo. Contudo, os resultados do presente estudo (Tabela 1) diferem dos encontrados por Silva et al. (2020), que ao avaliarem o perfil de gestão de unidades de produção com base agroecológica, no município de Laranjeiras do Sul no estado do Paraná, identificaram que apenas 13,93% possuem ensino médio completo. Ainda, conforme o autor, a escolaridade reduzida pode dificultar a gestão e lucro das propriedades.

Neste trabalho, dos sete entrevistados, apenas um é do gênero feminino (9%), sendo que para esta o “fato de ela ficar no campo não é motivo de preconceito, e ela acredita que a atividade pode gerar uma renda satisfatória”. Ainda, conforme relatos dos participantes, a poucos anos atrás residiam no reassentamento 11 meninas, contudo, destas, dez saíram das propriedades e foram para centros urbanos em busca de qualificação profissional ou emprego. Conforme Dalcin e Troian (2009) os principais motivos que levam meninas à migrarem do

campo para a cidade, estão relacionados a desvalorização feminina refletida na autoestima da 'jovem', além do fato da sucessão (estratificação) da propriedade dar-se geralmente ao filho homem. Já para Barth et al. (2017) o motivo da migração dos jovens da agricultura familiar é a busca por novas oportunidades de emprego nas cidades maiores e industrializadas.

Os dados obtidos com a caracterização das propriedades podem ser visualizados na Tabela 2.

**Tabela 2-** Caracterização das propriedades dos jovens entrevistados no reassentamento São Sebastião II no município de Coronel Bicaco - RS.

Entrevistado	Nº de irmãos	Área / ha
1	2	42
2	3	80
3	0	13
4	1	38
5	1	120
6	1	38
7	1	120

**Fonte:** Autores (2019).

As informações obtidas com relação ao número de irmãos indicam um baixo número (Tabela 2) o que está de acordo ao observado em nível mundial, visto que a natalidade pode ser considerada reduzida quando comparada as últimas décadas (IBGE, 2020).

Com relação a área das propriedades, foi possível observar uma grande diferença com valores variando de 13 a 120 hectares. Estes valores são bem significativos, visto que quando as famílias foram reassentadas, cada uma recebeu 13 hectares do governo. Contudo, como alguns proprietários não se adequaram ao local, estes, venderam suas propriedades para outros moradores do reassentamento. Sendo este, um dos fatores que favoreceram a ampliação das áreas agrícolas observadas neste estudo para algumas das famílias entrevistadas (Tabela 2).

Com base na área das propriedades (Tabela 2), quatro (57,14% ) podem ser classificadas como de agricultura familiar, ou seja, aquelas com até 64 hectares, pois

conforme a Lei Nº [11.326/06](#), agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, qualquer título ou área maior do que 4 módulos fiscais (de acordo com a classificação para o município de Coronel Bicaco 01 módulo fiscal, equivale a 16 hectares); utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família. Ainda, conforme Almeida e Kudlavicz (2011), estas são caracterizadas como sinônimo de vida e trabalho, pois, os agricultores familiares trabalham arduamente para conquistar uma vida digna no meio rural. Neste contexto, a multifuncionalidade da propriedade é uma questão comum no meio rural, pois desperta a consciência e reconhece os valores de várias oportunidades da propriedade, tais como, amenidades ambientais, oportunidades de turismo rural, a qualidade dos alimentos, gestão da paisagem, a preservação da biodiversidade, bem como, a produção de alimentos e fibras (BARBIERI e VALDIVIA, 2010).

As principais atividades desenvolvidas nos sistemas de produção são: Bovinocultura leiteira (4 propriedades), bovinocultura de corte (3 propriedades) e produção de grãos, como: milho, aveia, trigo e soja (6 propriedades) (Tabela 3). Ainda, observou-se a produção de alimentos de subsistência na maioria das propriedades, bem como a presença de maquinários e implementos agrícolas.

**Tabela 3** – Atividades desenvolvidas nas propriedades dos jovens entrevistados no reassentamento São Sebastião II no município de Coronel Bicaco - RS.

Propriedade	Bovinos de leite	Bovinos de corte	Grãos
1			X
2	X	X	X
3			X
4	X	X	X
5	X		
6			X
7	X	X	X

Fonte: Autores (2019).

Portanto, na maioria das propriedades constatou-se a diversificação das atividades. Esta informação está em conformidade ao que é descrito por Gomes et al. (2015), que salientam que além de ser uma prática fundamental para o equilíbrio ecológico, a diversificação da produção, é tão importante aos sistemas agrícolas, pois pode ser considerada uma estratégia para a geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada. Para Maia (2017) as práticas desenvolvidas dentro das propriedades atuam diretamente no desenvolvimento rural, levando em consideração as limitações financeiras e territoriais. Já para Belik (2003), a diversificação da produção de alimentos pode garantir a segurança alimentar as famílias rurais.

No presente estudo, os jovens foram questionados quanto à participação nas atividades realizadas nas propriedades. Como resposta obteve-se que todos (100%) atuam nas atividades. Os entrevistados também destacaram que se sentem motivados por poderem contribuir para o desenvolvimento das propriedades e este pode ser um indicativo da permanência destes no campo, bem como, no futuro atuarem no gerenciamento das propriedades. Conforme Redin (2015) diversos são os fatores considerados para a escolha do sucessor na agricultura, como o gosto pelo trabalho, ausência de conflitos e a participação com dedicação. De acordo com Schuch (2010) sucessão rural é o processo de transferência legal do patrimônio visando a continuação de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, permitindo às gerações mais novas o comando do negócio familiar. Contudo para Stropasolas (2011) a transferência patrimonial familiar com a substituição, nem sempre é harmoniosa, das gerações mais antigas para as novas. Segundo o autor, é necessário situar as constantes modificações exigidas pelas complexidades do mercado que tornam delicadas não só as decisões de mudança na gestão econômica das propriedades, bem como, as futuras gerações devem fazer parte da tomada de decisão o mais cedo possível, para quando tiverem que tomar suas próprias decisões estejam em consonância com as demandas de mercado e o sistema de produção.

Contudo, em muitas propriedades, os jovens não ajudam na tomada de decisão, servindo apenas como mão-de-obra, o que no futuro, poderá dificultar o processo de sucessão. Esta afirmação está baseada na realidade vivenciada na propriedade 1, que conta



com 120 hectares para a produção de grãos, onde os jovens de 21 e 14 anos, apenas são entendidos como mão-de-obra, e não como protagonistas nas tomadas de decisão.

Segundo Costa e Ralisch (2013) os jovens têm propostas de melhorias na propriedade e demonstram que podem contribuir para o desenvolvimento das atividades. Para conhecer estas propostas, foi perguntado a eles o que fariam se fossem os proprietários dos lotes. A maioria dos jovens, (77,8%), respondeu que iriam trabalhar somente com a atividade de bovinocultura de leite, melhorando a produtividade por meio do manejo de pastagens e melhoria da genética do rebanho. Os mesmos salientaram que esta atividade viabiliza as propriedades devido a renda mensal regular com a venda do leite. Contudo, 22,2% dos entrevistados responderam que não tinham uma opinião formada sobre o assunto.

Com relação a qualificação técnica, dos sete jovens entrevistados, seis possuem cursos na área da agropecuária, tais como: bovinocultura de leite e corte, inseminação artificial, produção de grãos e manutenção de tratores. Estes resultados estão de acordo ao proposto por Cassin e Nalli (2015) que afirmam que os assentamentos e reassentamentos se constituem em um espaço de trocas de saberes acumulados pelas experiências práticas de gerações com a lida da terra, mas também como um espaço para a realização de saberes sistematizados através de redes de conhecimentos geradas por instituições das áreas.

Quando questionados sobre o número de horas diária de trabalho nas atividades agrícolas, os entrevistados relataram que varia de seis (2 respostas) a sete (5 respostas) horas diárias. Mesmo com cargas horarias elevadas, em atividades muitas vezes árduas, os entrevistados relataram estar felizes e otimistas, sendo que este resultado pode estar associado ao bom desempenho econômico das atividades desenvolvidas nas propriedades. Ainda segundo os entrevistados a rentabilidade econômica das propriedades está relacionada a assistência técnica recebida, através das cooperativas ou das empresas vendedoras de insumos agrícolas e pecuários. Este resultado corrobora com Dias (2007) que enfatiza a importância do empenho dos técnicos em dar apoio aos grupos de assentamentos, em promover atividades de capacitação e de, não só elaborar, mas também acompanhar tecnicamente os projetos financiados pelos bancos.

Com relação as perspectivas futuras, todos destacaram estar satisfeitos, porém salientaram que buscarão novas tecnologias, genética nos animais e aquisição de novas áreas, a fim de alavancar ainda mais o retorno econômico nas propriedades. Destacaram ainda que a

atividade de produção de animais para corte é uma das atividades a ser implantada ou incrementada em todas as propriedades.

Portanto, os jovens desempenham um papel fundamental na realização de atividades e tomada de decisões no reassentamento São Sebastião II, o que pode influenciar de forma positiva a permanência destes nas propriedades, garantindo assim a sucessão rural.

## CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos no trabalho observou-se que os jovens, com predominância do gênero masculino, possuem ensino em nível médio e superior, além de, em sua maioria, terem feito cursos de formação na área agrícola. Este grau de escolaridade está influenciando de forma positiva a integração entre todos os componentes da família na tomada de decisão e de forma especial os jovens, os quais estão contribuindo na realização das atividades, bem como na participação das decisões no âmbito agrícola, o que tem ajudado no desenvolvimento das propriedades. Assim, destaca-se a importância do processo de conscientização e sensibilização dos familiares sobre a participação dos jovens na tomada de decisão, com vistas no incentivo às novas gerações de continuarem nas propriedades rurais.

Atualmente, as atividades desenvolvidas nas propriedades são diversificadas e rentáveis economicamente, o que tem levado a satisfação dos membros das famílias. Estas, servem como incentivo a permanência dos jovens no reassentamento e por consequência podem promover a sucessão rural e para tanto, o incentivo a melhoria da gestão dos sistemas de produção, redução de custos e diversificação podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e dar sequência as atividades produtivas ao longo dos anos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; KUDLAVICZ, M. A potencialidade da pequena unidade de produção em Mato Grosso do Sul: os censos agropecuários 1995/96 e 2006 em debate. In: FAISTING, A. L.; FARIAS, M de F. L. de (Orgs.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural do Sul do Brasil. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 4, n. 1, p. 14-26, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Forcibly displaced: toward a development approach supporting refugees, the internally displaced, and their hosts**. Washington, DC, 2016.

BARBIERI, C.; VALDIVIA, C. Recreation and agroforestry: examining new dimensions of multifunctionality in family farms. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 4, p. 465-473, 2010.

BARTH, M.; RENNER, J. S.; NUNES, M. F.; SANFELICE, G. R. Características do trabalho na agricultura familiar e sua influência na emigração dos jovens. **Illuminuras**, v. 17, n. 41, p. 256-276, 2017.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Instituto de Economia e Coordenação do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp: Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2003.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1775, de 8 de janeiro de 1996. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências**. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0271.htm). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1775-8-janeiro-1996-431807-norma-pe.html>. Acesso em 01 de Fev. de 2020.

BRASIL. Portaria Conjunta nº 9, de 27 de outubro de 2004. Dispõe sobre **a Regulamentação e Implantação do Programa de Reassentamento de Ocupantes Não-índios em Terras Indígenas**. 2004. Disponível em: [http://www.https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-conjunta-9-2004\\_189351.html](http://www.https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-conjunta-9-2004_189351.html). Acesso em 01 de Fev. de 2020.

CASSIN, M.; NALLI, L. Assentamento Mário Lago: espaço de formação, qualificação técnica e educação. **Revista Histdb**, v. 16, n. 68, p. 358-370, 2016.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 415-432, 2013.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/.../GTs.../jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2020.

DIAS, M.M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007.

DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas Agropecuárias e o Desafio da Sucessão na Agricultura Familiar. **Revista Holos**, v. 2, n. 33, p. 360-374, 2017.

FACIONI, D.; PEREIRA, M. W. G. Análise dos determinantes da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 119-136, 2015.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de

Doutorado em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOMES, J. B. P.; BEZERRA, G. F.; NASCIMENTO, J. S.; SCHILINDWEN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p. 1-3, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores: estatísticas de população**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/pdf>>. Acesso em 01 Fev. de 2020.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **A reforma agraria**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/541665-legislacao-define-quem-e-considerado-agricultor-familiar/>. Acesso em 30 de Fev. de 2020.

MAIA, C.M.; RIEDL, M. Agricultura e dinâmicas do desenvolvimento rural no contexto da globalização. **Revista do desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, p.15, 2017.

REDIN, E. **Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS**. Tese de Doutorado em Extensão Rural, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RODRIGUES, V. M. **Reassentamento e integração local: As limitações institucionais e de políticas em relação aos refugiados palestinos em São Paulo**. Tese de Doutorado em ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. 2008. 347f.

SCHUCH, H.J. **Juventude Rural: A roça em transformação**. Porto Alegre: Corag, 2010.

SILVA, S. N. CARPES, A. M.; FEY, R. Perfil de gestão das unidades de produção, com base agroecológica, situadas no Município de Laranjeiras do Sul-Paraná. **Revista metropolitana de Sustentabilidade**, v.10, n.1, p. 22, 2020.

STROEHER, F.H. CLASEN, B.; SILVA, D. M.; BISOGNIN, R. P.; SOUZA, E. L.; LANZANOVA, M. E.; GUERRA, D.; WEBER, F. H. Qualidade do leite: visão de produtores rurais do Município de São Martinho - RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 7, n. 4, p. 88-94, 2017.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2011.

WINCK, C. A.; DALA PASQUA, S.; FISCHER, A. Processo sucessório em propriedades rurais na região Oeste de Santa Catarina. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n. 2, p. 115-127, 2013.